

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DAVI DE LIMA BEZERRA

**A DINÂMICA DA CIDADE E A REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE
ALTA FLORESTA NO TERRITÓRIO DO PORTAL DA AMAZÔNIA -
MATO GROSSO, BRASIL**

**CÁCERES - MT
2022**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DAVI DE LIMA BEZERRA

**A DINÂMICA DA CIDADE E A REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE
ALTA FLORESTA NO TERRITÓRIO DO PORTAL DA AMAZÔNIA -
MATO GROSSO, BRASIL**

Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo) submetido para aprovação na disciplina Seminário II, ministrada pelo professor Dr. Evaldo Ferreira.

Linha de pesquisa: Dinâmica Espacial

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Judite de Azevedo do Carmo.

**CÁCERES - MT
2022**

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1	-	Localização de Alta Floresta, Mato Grosso	9
-----------------	----------	--	----------

LISTA DE SIGLAS

BASA	-	Banco da Amazônia S/A
Codemat	-	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Indeco	-	Empresa de Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A
PIN	-	Programa de Integração Nacional
Proterra	-	Programa de Redistribuição de Terras
SPVEA	-	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
Sudam	-	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	-	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS	11
2.1	Objetivo geral	11
2.2	Objetivos específicos	11
3	JUSTIFICATIVA	12
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
4.1	Espaço geográfico: uma categoria chave na análise da sociedade ...	14
4.2	A urbe e a urbanização: a cidade como produção e reprodução do espaço	16
4.3	A produção do espaço na fronteira: compreendendo a cidade na Amazônia Mato-grossense	22
5	METODOLOGIA	28
6	CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA	34
7	RESULTADOS ESPERADOS	35
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MORADORES	40
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM COMERCIANTES / EMPRESÁRIOS	42

RESUMO

A DINÂMICA DA CIDADE E A REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALTA FLORESTA NO TERRITÓRIO DO PORTAL DA AMAZÔNIA-MT, BRASIL

A busca pela compreensão das dinâmicas de ocupação e organização do espaço amazônico, exige, sobretudo, uma abordagem das temporalidades desse processo, assim como dos diferentes agentes que participaram e ainda participam nessa realidade. Muitas das cidades no contexto amazônico, surgiram como base logística e estratégica para a geopolítica de colonização empregada pela Estado sobre/na região. A região norte do estado de Mato Grosso, não fugiu a essa dinâmica, onde muitas das cidades tiveram origem em projetos de colonização dirigida pelo Estado ou pela iniciativa privada, surgindo assim núcleos urbanos, que em momentos passaram por surtos de crescimentos acelerados e posteriormente um longo período de estagnação, participando desse processo diferentes agentes/sujeitos sociais produtores do espaço. Nesse contexto, estudar a dinâmica da cidade e sua reprodução socioespacial, exige um entendimento dos processos históricos, sociais e econômicos, que produziram, através do modelo de produção imposto a essa região, o espaço, tornando-se possível a análise da totalidade em questão. Dessa forma, nessa pesquisa se propõe a analisar como ocorreu/ocorre o processo de produção do espaço urbano de Alta Floresta-MT, assim como ocorre a dinâmica da cidade e a sua reprodução socioespacial no Território do Portal da Amazônia, norte de Mato Grosso. Essa proposição se justifica porque a partir dela será possível compreender o processo de produção do espaço urbano de Alta Floresta, bem como sua dinâmica socioespacial e sua organização no Território do Portal da Amazônia, aplicando essa análise as relações das cidades que fazem parte dessa região. Os procedimentos teóricos-metodológicos seguirão a luz do materialismo histórico e dialético, uma vez que este método possibilita compreender a materialização das ações sociais e os processos de transformações/contradições da sociedade em movimento. Portanto, para o estudo em tela, se apresenta como o método mais indicado. Com o desenvolvimento dessa pesquisa, a expectativa é que seja possível compreender a dinâmica da cidade de Alta Floresta, bem como entender a sua organização dentro do Território do Portal da Amazônia, possibilitando pensar e propor estratégias de desenvolvimento que se apliquem tanto a cidade em questão, como a região que esta está inserida, assim como a produção de material científico que possa ser utilizado pela gestão pública, universidades e o sistema de ensino da educação básica.

Palavras-chave: Produção do Espaço. Organização socioespacial. Cidade. Alta Floresta. Portal da Amazônia.

1 INTRODUÇÃO

Estudar as cidades e seu processo de formação/organização, requer considerar as transformações espaciais e temporais, por quais esses espaços passaram e continuam a passar. Compreender a dinâmica da cidade no contexto amazônico não foge a essa ideia, sendo preciso retomar os processos que ocorreram e que se materializaram no tempo por meio das formas espaciais, para que seja possível entender a totalidade socioespacial em estudo.

De acordo com Becker (2013, p. 18) “as cidades são entidades sociais criadas por processos econômicos [...]”, compreender esse processo, leva não só à compreensão de sua formação, mas à dinamicidade que esta desempenha. A mesma autora em outro momento vai afirmar que as “[...] cidades são processos e não podem ser simplesmente definidas pela extensão ou tamanho da população, como um núcleo urbano grande. São as relações que definem a cidade [...].”

Nesse entendimento, a cidade com processo, onde se desenvolvem relações, seja do núcleo de cidades próximas ou mais distantes, seja das relações que se desenvolvem na própria cidade, uma vez que esta é espaço de produção e reprodução das relações sociais de produção do espaço e assim, necessitam ser analisadas para além do seu fator de localização e demais condições quantitativas, não que estas não sejam importantes, mas na análise espacial da cidade, tal como propõe Carlos (2017), é preciso considerar que essa é um produto social e histórico.

Corroborando para o pensamento Sposito (1994), alude sobre o caráter histórico da cidade, uma vez que o espaço é um produto histórico, logo a cidade é acumulação de todas as outras cidades passadas, as metamorfoses, produzidas e reproduzidas em um processo constante como o da própria sociedade e resultado das transformações sociais, assim como materialização das práticas socioespaciais.

Se o espaço é uma “acumulação desigual de tempos” tal como propõe Santos (2014d, p. 256), a cada momento histórico teremos processos que serão dimensões de análise das formações socioespaciais. Nesse ensaio o espaço é compreendido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção da sociedade (LEFEBVRE, 2001), logo, a partir da produção do espaço a sociedade produz a si mesmo em um processo constante.

Entender a sociedade como produtora do espaço, implica entender o espaço “como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definido-o como

processo/movimento em constituição, com o da própria sociedade (CARLOS, 2017, p. 62). Nesse viés, a cidade, como produto social-histórico passa a ser compreendida como resultado da produção e reprodução do espaço pela sociedade, materialização das práticas espaciais, logo socioespaciais, sendo assim condição, meio e produto para que a produção do espaço urbano, realizado em um espaço-tempo dialetizado pela relação sociedade/natureza.

A compreensão desse processo exige uma retomada dos processos espaciais pelos quais a sociedade passou/se formou e continua a se formar, bem como a compreensão e percepção dos agentes da ação da produção do espaço, esses que no ato de produção do espaço, materializam nesse o resultado das práticas socioespaciais e das relações de produção da sociedade, que é a produção da vida.

O estudo da sociedade nesse contexto permite a compreensão da totalidade dos processos de produção e reprodução da sociedade, no período atual, possibilita a compreensão da sociedade capitalista, das suas contradições, conflitos, fragmentações, disputas e formas de organização.

A compreensão do espaço amazônico exige considerar a complexidade da sua totalidade, ou seja, necessita de uma análise por meio dos momentos, processos/movimentos passados que estão agora materializados como objetos geográficos atuais, (SANTOS, 2014b). Na realidade amazônica, os processos de produção e reprodução do espaço estiveram imbricados em diferentes dinâmicas espaciais, segundo Becker (2006, p. 24), sua colonização se fundamentou em um paradigma “sustentado na relação sociedade-natureza denominado economia de fronteira, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinita”.

O planejamento regional efetivo da região organizado pelo Estado apoiado em iniciativas devastadoras do espaço amazônico, expressa bem, a força do Estado na construção do espaço, concretizando o “espaço político do estado, seu próprio espaço”, criado para efetivar o controle territorial do mesmo (BECKER, 2006, p. 26). Assim, ocorreu a produção do espaço pelo Estado na região amazônica, impondo-se uma malha técnica e política, composta de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e apresentando as cidades como base logística para atuação (BECKER, 2006).

Essa ocupação da região amazônica dirigida pelo Estado, tendo esse como um dos principais agentes de produção desse espaço, gerou o surgimento de várias

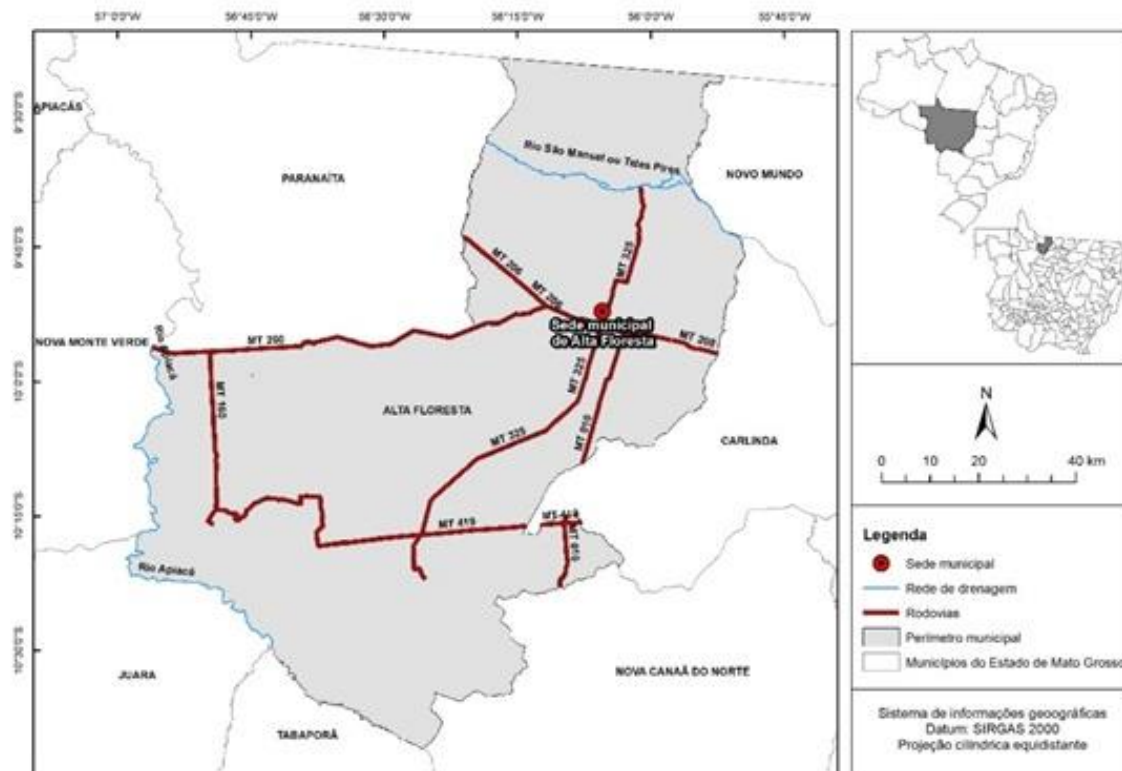
idades, essas que foram se consolidando a partir de processos econômicos com finalidades específicas, por exemplo: controle e integração do território amazônico e a constante procura/apropriação de lugares mais rentáveis. Na região norte do Mato Grosso, várias cidades surgiram a partir desse movimento e junto com elas atividades socioeconômicas que dinamizaram ou deram uma organização a esse espaço a partir da década de 1970.

O território da Amazônia Mato-grossense passa por fortes transformações a partir da atuação do Estado. Becker (2006, p. 27), alude sobre a criação da “malha de controle do território” na região, ou seja, das “redes de circulação rodoviária, telecomunicações urbanas e outras”, que passaram a fortificar a ocupação e controle do mesmo. A criação das rodovias Transamazônica (BR-230), ligando as regiões Nordeste ao Norte e da Cuiabá-Santarém (BR-163), ligando o Norte ao Centro Oeste, apresentaram o caráter geopolítico da ocupação e colonização da região amazônica realizada pelo governo, que tinha mais uma finalidade econômica almejada por meio da integração territorial deste espaço.

Essa organização do espaço, ou ocupação direcionada pelo Estado, ficou nítida na região norte do Mato Grosso. O Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) repassou a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A (CODEMAT) o direito de gerenciar a ocupação da Amazônia Mato-grossense, isso priorizando os projetos de colonização privadas (OLIVAL, 2016), assim, se fortifica na região o elo entre “Governo e iniciativa privada”, onde a venda de terras devolutas, que já eram realizadas, se unem aos incentivos fiscais liberados para fomentar as colonizações/ocupações do território seguindo o modelo descrito pelo Estado de “Colonização Dirigida” (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 211).

O município de Alta Floresta, situado no extremo norte do estado de Mato Grosso, localizado no território do Portal da Amazônia (OLIVAL, 2005), a uma distância de 789 km da capital do estado, ligados pela BR-163 e MT-208, ocupando uma área de 8.955,999 km² (IBGE, 2020), limita-se ao norte com o município de Novo Progresso no Pará; e ao leste, com os municípios Novo Mundo, Carlinda, e Nova Canaã do Norte; ao sul com Tabaporã e Juara; e, ao oeste com Nova Monte Verde e Paranaíta, todos localizado no território de Mato Grosso, conforme pode ser visualizado na Figura 1, surge desse emaranhado de relações que se deu na região amazônica.

Figura 1 – Localização do município de Alta Floresta, Mato Grosso



Fonte: Organizado pelo autor (2021).

Originado de um projeto de colonização privada, o município, foi primeiramente conhecido como a “Gleba da INDECO, (Empresa de Integração, Desenvolvimento e Colonização – INDECO S. A.), responsável pelo projeto” (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 209), posteriormente passou a ser chamada de Alta Floresta.

A empresa Indeco S. A. adquiriu por meio de um processo licitatório realizado pelo Estado em 1973, 400.000 hectares de terras devolutas na região Norte do Estado, local destinado a um projeto de colonização privada pela empresa de propriedade de Ariosto da Riva, de origem do estado do Paraná e que já tinha realizado outros processos de colonização privadas naquela região (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016).

Os primeiros colonos, chegaram na região em 1976, entre o fim do ano de 1977 e início de 1978, o forte *boom* que ocorreu na área de ocupação fez com que o aumento de habitantes fosse significativo e o projeto fosse amplamente divulgado como um sucesso de colonização (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016). Alta Floresta foi elevada à categoria de município em 18 de setembro de 1979, através da Lei Estadual nº 4.157, (PASUCH, 2012).

A agricultura esteve como umas das primeiras atividades econômicas do município, fomentada pelos colonizadores. Os colonos iniciaram pela plantação de café, porém, essa prática logo foi percebida como inadequada à região, devido ao clima que proporcionou baixa produtividade, e logo outras atividades foram implantadas, como a “plantação de arroz, feijão, milho, guaraná e cacau” (BONINI *et al.*, 2013, p. 180).

A agricultura não gerou o retorno esperado pelos colonos devido à infraestrutura local e as dificuldades de comercialização dos produtos. Com o surgimento do garimpo em 1978, os colonos passaram a embrenhar-se nessa atividade, tendo em vista as possibilidades de retorno econômico mais rápido e por estar em crescimento acelerado na região (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016).

Alta Floresta passou por um acelerado crescimento impulsionado pela exploração do ouro, tornando-se importante polo regional. No entanto, logo entra em estagnação e enfraquecimento da atividade de exploração mineral, que provocam impactos a economia local. Duas razões explicam esse declínio: uma parte pelo ouro que se torna cada vez mais escasso na região; outra pela queda do preço internacional do mesmo (BONINI *et al.*, 2013).

Nesse contexto o município sofreu um reordenamento de suas atividades, surgindo uma nova atividade econômica que vai estar entre as mais importantes de Alta Floresta, a pecuária de corte e leite. Outras atividades surgem “juntamente com a pecuária de corte e leite, a agricultura familiar e extração de madeira formaram a base da economia local”. (BONINI *et al.*, 2013, p. 180-181).

Essa nova dinâmica socioeconômica, provocou o crescimento do município, que segundo o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, já contava com 46.982 habitantes, sendo que 37.287, ou seja, 79,3% localizava-se na zona urbana (PASUCH, 2012). No Censo realizado em 2010, Alta Floresta passa a ter 49.164 habitantes, para 2020, a população estimada pelo IBGE é de 51.959 habitantes (IBGE, 2020), localizados predominantemente em área urbana do município.

Outras atividades econômicas surgiram e tiveram destaque na dinâmica econômica da cidade, assim como descreve (BONINI *et al.*, 2013, p. 181): “industrialização, fortalecida pela implantação de laticínios, frigoríficos e de uma cooperativa de produção de polpa de frutas, as atividades turísticas e o incentivo à cultura local.” Assim como essas, surgem outros serviços na cidade, que estabelecem

um novo dinamismo ao urbano. A cidade, materialização do processo de produção do espaço urbano, reflexo das relações sociais e forças produtivas, passa a constituir e expandir sua forma e conteúdo, a sua organização socioespacial (SPOSITO, 1994; SANTOS, 2014a).

Nessa perspectiva, compreendendo o espaço, portanto, a cidade como condição, meio e produto da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade, parte-se para o estudo que consiste em compreender a dinâmica da cidade e a reprodução socioespacial de Alta Floresta no território do Portal da Amazônia-MT, Brasil.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar como ocorreu/ocorre o processo de produção do espaço urbano em Alta Floresta, bem como a dinâmica da cidade e a sua reprodução socioespacial no território do Portal da Amazônia-MT, Brasil.

2.2 Objetivos específicos

- 1-** Descrever o processo de produção do espaço urbano de Alta Floresta e os modelos de produção capitalistas presentes no território do Portal da Amazônia;
- 2-** Identificar quais os surtos/fatores contribuíram para o crescimento de Alta Floresta e se esses resultaram em dinamismo urbano e econômico da cidade;
- 3-** Identificar qual o papel que a cidade de Alta Floresta ocupa na rede urbana do território do Portal da Amazônia e como este contribui para o seu dinamismo socioespacial;
- 4-** Entender a dinâmica urbana de Alta Floresta e a sua forma de (re)produção socioespacial, assim como os modelos de desenvolvimento do capital no território do Portal da Amazônia - Norte do Mato Grosso.

3 JUSTIFICATIVA

As cidades amazônicas passam por diferentes realidades em seu contexto, principalmente considerando o econômico, ou a diversidade do trabalho que se realizam nas mesmas e se materializam como uma divisão social/territorial do trabalho a medida que essas ganham mais força na sociedade (SPOSITO, 1994; BECKER, 2013).

Atividades extrativistas, agricultura de base familiar, atividade pecuária de pequeno porte, são características dos núcleos que surgem timidamente, seja de forma dirigida ou de maneira espontânea. O trabalho, forte elemento de análise das cidades, segundo Becker (2013), é um elemento definidor do padrão de organização e crescimento das cidades, uma vez que a partir do mesmo é possível compreender a dinâmica que ocorre no espaço urbano.

De acordo com a autora, torna-se crucial diferenciar trabalho velho de trabalho novo, haja vista que tal diferenciação é um ponto chave no entendimento das cidades amazônicas. Para Becker (2013, p. 18) o trabalho velho realizado no espaço da cidade “[...] embora a economia possa aumentar, ela permanece essencialmente a mesma em conteúdo, estrutura e complexidade [...]”. Ao passo que o trabalho novo “[...] promove o crescimento da economia, e ainda cria novas divisões de trabalho capazes de mudar essas últimas características.”

Dessa forma, percebe-se que a chegada do trabalho novo, traz uma nova dinâmica para a organização socioespacial da cidade, assim como gera novas condições de relações desta com as cidades ao seu entorno, tornando-a de fato uma cidade mais consolidada. O trabalho novo nasce a partir do trabalho velho, ou seja, surge na urbe a partir da concentração, da organização econômica centralizada e consolida-se nas materializações dos modelos de produção realizados na cidade. Se os surtos por quais passam as cidades não oportunizam o surgimento de trabalho novo, essa entra em um processo de estagnação, passando a viver de trabalhos localizados e direcionados, assim como se constituindo como uma cidade local (BECKER, 2013).

Muitas das cidades amazônicas, após seu processo de criação, seja por modelo dirigido ou espontâneo, desenvolveram trabalhos, que para o momento em questão, apresentaram-se como novos, o surgimento dos setor de serviços na cidade, as atividades agrícolas mecanizadas, o mercado fornecendo materiais e produtos que

acompanharam o crescimento da urbe, instalação de frigoríficos, laticínios e sistemas industriais de pequeno porte para uma pecuária mais intensiva e extensiva, o funcionalismo público, bem com o setor público diversificando-se de acordo com a realidade urbana, entre outras ações.

Essas ações consolidam, no espaço urbano, o que Santos (2014a, p. 63), vai tratar como “sistemas de objetos e sistemas de ações.” Sendo estes formados “por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Sendo assim, os objetos se materializam na sociedade a partir das formas construídas na cidade para que atendam a nova dinâmica do local, o novo fluxo econômico e social, ou seja, as novas relações que se dão por meios dos sistemas de ações e por meio dos processos de produção e reprodução das relações sociais.

Muitas cidades passam por seus surtos no desenrolar dessas novas atividades, seja a extração do ouro, de madeira, setor imobiliário, agronegócio crescente, construção de grandes empreendimentos como centrais hidrelétricas e outras que ocorreram na região amazônica, como bem já trabalhou Becker (2016 e 2013); Gonçalves (2015), entre outros. Porém, é importante ressaltar que nesses surtos, diga-se de passagem, algumas consolidam suas infraestruturas que possibilitam uma dinâmica local e regional, enquanto outras não chegam a tal ponto, estagnando-se como cidades locais e pouco dinâmicas.

Observa-se que Alta Floresta, em seu contexto de formação e desenvolvimento, passa por processos de surtos de crescimento urbano, econômico e populacional. De acordo com Becker (2013), esses processos são característicos da realidade de muitas cidades no espaço amazônico, em casos, tais fatores provocaram um dinamismo urbano e econômico as cidades, onde essas passaram a agregar valor à região e a potencializar o crescimento por meio de uma nova dinâmica territorial de desenvolvimento dos lugares.

Dessa forma, percebe-se como crucial a presente proposta de pesquisa, uma vez que se tem a pretensão de desenvolver estudos aprofundados sobre o processo de produção do espaço urbano de Alta Floresta, analisando a dinâmica da cidade e a sua organização socioespacial no território do Portal da Amazônia, norte do Mato Grosso. Considera-se também que se faz necessário, mais estudos que abordem essa temática, uma vez que as cidades, quando envolvidas em dinâmicas de crescimento, passam a ser o cerne do desenvolvimento territorial de uma região.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4. 1 Espaço geográfico: uma categoria chave na análise da sociedade

A geografia como uma ciência que busca o estudo e compreensão da sociedade, tem na relação homem – natureza, sua base de análise para o entendimento da realidade objetivada e, sobretudo, modificada pelas ações dos diferentes agentes presentes na sociedade. Diga-se de passagem, a compreensão da realidade social e das metamorfoses por quais essa passa, exigem uma retomada da totalidade, tal pretensão, fundamenta-se de acordo com Santos (2014a)

Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes (SANTOS, 2014a, p. 115).

Dessa forma, tem-se a possibilidade de compreender a realidade em sua integridade, uma vez que a análise do todo, permite o entendimento da sociedade em movimento e dos fenômenos espaciais, sua dialética e transformações no tempo e no espaço.

Para a discussão que se pretende aqui, faz-se necessário uma abordagem sobre o espaço geográfico, uma vez que esse é entendido como uma das categorias chave de análise geográfica da realidade e, segundo reforça Santos (2014b), o objeto de estudo da ciência geográfica. Enfatizamos ainda, que no presente ensaio, a categoria supracitada será a principal utilizada no temário da pesquisa.

Corrêa (2017), ao tratar sobre o espaço geográfico, alude sobre o surgimento da geografia crítica a partir de 1970, corrente do pensamento geográfico fundamentada no materialismo histórico e na dialética, onde o conceito de espaço passou a estar como categoria chave nas discussões, bem como a apresentar seu caráter social e histórico.

Ao discorrer sobre o espaço, Lefebvre (2000), faz a seguinte reflexão

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de toda a troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 2000, p. 48).

Ligando o espaço a reprodução das relações sociais de produção, Lefebvre, não só evidencia o valor social do espaço, como atribui a esse seu valor como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, logo produção e reprodução da sociedade em movimento. Corroborando para o pensamento, em outro momento, o mesmo autor alude da seguinte forma

À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 2000, p. 7).

Dessa forma, o autor contribui para que o conceito de espaço seja trabalhado como um fator social e, sobretudo, para que as considerações sobre esse o compreendam como um produto das relações sociais, assim como produtor dessas relações, uma vez que ele é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção da sociedade, não sendo, portanto, estático, mas um processo em movimento como o da própria sociedade.

Santos (1979, p. 10) ao tratar do espaço dentro da análise da sociedade, chama a atenção para o fato em que “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social.” Logo, o autor mais a frente, relacionando o espaço a sociedade, uma vez que ao produzir o espaço a sociedade está se produzindo, portanto, no processo de produção/formação da sociedade, esta produz um espaço, materialização das relações de produção, compreendido a partir da própria sociedade, sendo possível assim trabalhar com a “formação sócio-espacial”, onde o espaço é um produto social e histórico (SANTOS, 1979, p. 19).

Abordando sobre essa forma de compreensão do espaço, Corrêa (2017, p. 27), descreve que é possível considerar a formação sócio-espacial “[...] como um meta-conceito, um paradigma que contém e está contido nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território”. Esse meta-conceito estaria associado ao fato de que ao produzir um espaço a sociedade se torna concreta, produz sua materialidade, logo a compreensão desse espaço ocorre através da sociedade que o produz ao si produzir continuamente.

O espaço como um produto social é também tratado por Moraes e Costa (1987, p. 37), uma vez que os autores evidenciam que “não há, então, espaço sem sociedade”, sendo preciso considerar e analisar o espaço como demarcação das

práticas sociais em constante processo de construção.

De acordo com Santos (2014c, p. 78), “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.” Nesse viés, a ação dos homens, logo as relações sociais sobre o espaço fazem desse produto, mas também produtor, uma vez que ao produzir o espaço, os sujeitos produzem a sociedade e suas formas de vida, logo materializam no espaço as relações sociais de produção ao qual estão inseridos.

“Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida” (CARLOS, 2017, p. 53). A mesma autora chama a atenção para o fato de que é preciso considerar a “relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles”, haja vista que esse processo gera um conteúdo social (conteúdo da sociedade em produção) que é produzido historicamente (CARLOS, 2017, p. 53).

Entendo o espaço como um produto social e histórico, Santos completa que o mesmo é “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2014a, p. 63).

Eis o espaço, um produto histórico e social, *locus* das relações sociais de produção, resultados das ações sociais sobre o próprio espaço, um conjunto de objetos materializados na sociedade, dando a essa um espaço concreto com suas formas espaciais, resultados de um conjunto de ações estabelecidos pelos agentes sociais de uma sociedade em constante movimento, que atribuem a essa seu conteúdo, logo sua formação espacial. Processos esses que precisam ser analisados em conjunto dentro da totalidade da produção e reprodução da sociedade em análise.

4. 2 A urbe e a urbanização: a cidade como produção e reprodução do espaço

“A formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos” (SANTOS, 2014c, p. 49), seguindo o pensamento do autor, a compreensão do espaço atual exige um olhar aos processos históricos que foram se materializando na sociedade, logo é um olhar para as forças/relações de produção e reprodução das relações sociais que no decorrer do tempo deram a sociedade suas formas e conteúdos.

A ideia apresentada reclama a necessidade de se trabalhar previamente sobre o conceito de produção e reprodução, uma vez que esses conceitos aparecem como intrínsecos a relação dialética entre sociedade/natureza.

Para Lefebvre (2001), ao trabalhar sobre o conceito de produção, essa sendo ação do ser humano, no sentido hegeliano e também antropológico, dissocia a ideia de produção ao simples ato de construção/fabricação de objetos para posteriormente trocá-los, o autor alude que

[...] a produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção de ideias, das representações, da linguagem. Intimamente misturado à atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real (LEFEBVRE, 2001, p. 44).

A produção no sentido de produção do ser humano ou da vida real do sujeito em sociedade, implica logo na produção do espaço e da/na sociedade, uma vez que o ato de produzir o espaço é o ato de produzir a vida (SANTOS, 2014b).

Carlos (2017, p. 56), corrobora para a compreensão dos conceitos, uma vez que para ela “[...] a produção *lato sensu* diz respeito ao processo de produção do humano [...] – enquanto a noção de produção *stricto sensu* refere-se, exclusivamente, ao processo de produção de objetos.”

Dessa forma, é possível intuir que no processo de produção o sujeito social produz objetos, esses característicos da sociedade e dos modelos de produção que está inserido, porém, essa divisão técnica da produção não se limita exclusivamente a esse processo, ela se concretiza na sociedade em sua totalidade materializando-se nas relações sociais como um todo.

Na sociedade contemporânea, esse modelo de produção está voltado ao sistema capitalista e logo as contradições sociais estão materializadas no espaço, onde a sociedade encontra-se dividida em classes, sob uma divisão social do trabalho que vai se constituir no espaço como uma divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 1994).

Nesse contexto, Carlos (2017, p. 62), alude sobre a “produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizando diferencialmente no espaço, criando uma morfologia.” Nesse sentido a autora chama atenção para que o leitor/observador não incorra no fato de simples objetivação da noção de “produção do espaço” compreendendo esse como “ação presentificada na

morfologia” (CARLOS, 2017, p. 62).

Logo, para que se possa avançar na compreensão da produção/reprodução do espaço enquanto produção/reprodução da sociedade em sua totalidade, faz-se necessário entendê-lo “[...] como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade.” (CARLOS, 2017, p. 62 – 63).

Compreender a produção do espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, sendo esse um processo constante, implica entender a organização, ocupação e/ou utilização de um determinado lugar em um período específico, ou seja, entender o espaço-tempo da formação socioespacial de uma determinada realidade.

Dessa forma, parte-se para o estudo da cidade, uma vez que, sendo o espaço o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, bem como um produto social e histórico, constituído e constituinte da sociedade, é na cidade que as materializações das relações sociais de produção e das forças produtivas vão se dá. Sposito (1994), ao tratar sobre a cidade, descreve

Entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPOSITO, 1994, p. 11).

A cidade nesse viés, é materialização das relações de produção, das relações sociais e da sociedade capitalista, que em sua forma de apropriação e busca por acumulação do capital, transforma o espaço, mas não o faz sozinho, uma vez que os agentes sociais encontram-se diretamente ligados a esse processo, condicionados e condicionantes de tais ações.

Dessa forma, pode-se afirmar de acordo com Carlos (2008, p. 25 - 26), “hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista.” A autora mais a frente vai descrever

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória (CARLOS, 2008, p. 26).

Nesse contexto, a cidade tem seu cunho econômico e suas relações capitalistas, porém a origem da cidade não está unicamente ligada a essas condições, a dimensão social se faz presente na cidade, uma vez que sua materialização vai se dar a partir das relações sociais em um espaço-tempo específico, onde suas formas encontram-se presentes nos objetos e construções, ou no sistema de objetos espacialmente distribuídos, porém seu conteúdo, ou seja, a forma de vida dos sujeitos sociais, sujeitos produtores da cidade, estarão presentes no cotidiano da cidade, presente na suas formas de viver a cidade.

De acordo com Sposito (1994, p. 41), “durante a antiguidade as cidades floresceram em diferentes territórios e diferentes tempos, sob organizações econômicas, sociais e políticas que também apresentavam diferenças entre si.” Nessa proposição, acompanhando a reflexão da autora, percebe-se que o avançar do sistema capitalista, onde o valor de troca passou a vigorar sobre o valor de uso, logo o modo de produção da/cidade ganha novo caráter, uma vez que as forças capitalistas buscando sua ampliação, fomentadas pela revolução das formas de produção, logo do trabalho tecnificado em substituição ao trabalho manual, atribui ao espaço geográfico uma nova forma de organização, a cidade torna-se o *locus* da produção, não só das coisas, mas das formas de vida dos sujeitos sociais.

A cidade assumiu no contexto do capitalismo grande capacidade de produção e massificação/ampliação desse modelo, fator esse que deu a cidade desse período processos e destaque diferentes das cidades de outrora (SPOSITO, 1994).

O início da industrialização entendida aqui como traço da sociedade contemporânea, como principal atividade econômica e principal forma através da qual a sociedade se apropriava da natureza e a transformava marcou de forma profunda e revolucionou o próprio processo de urbanização (SPOSITO, 1994, p. 48).

No processo dialético entre sociedade/natureza, onde a apropriação e dominação da segunda gera possibilidades para transformação da primeira, marcou definitivamente a formação espacial da/cidade, ao mesmo tempo que o processo de industrialização ampliou o caráter produtivo da cidade transformando assim suas formas espaciais, ou seja, as materializações das relações capitalistas de produção, porém, cabe intuir que o caráter produtivo da cidade gerou transformações no conteúdo da própria cidade, logo sobre o urbano – as formas de viver a cidade.

Ao tratar sobre a cidade no contexto capitalista Corrêa (1989), afirma o

seguinte

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p. 36).

Nesse viés, as relações capitalistas no espaço da cidade criam formas espaciais que vão se materializando e se consolidando com os sistemas de objetos da cidade, são as morfologias espaciais (CARLOS, 2007), que dão ao espaço da cidade suas formas concretas que estabelecem funções na estrutura da cidade. Nesse processo, os agentes sociais vão reproduzindo suas relações sociais de produção e constituição da sociedade, as morfologias sociais (CARLOS, 2007), que dão a cidade seu conteúdo, logo a materialização dos sistemas de ações estabelecem por meio da prática socioespacial a cidade como produto social e histórico.

Carlos (2007, p. 21), ao tratar da “análise da cidade, em sua dimensão espacial”, ressalta sobre a necessidade de se compreender o processo em movimento, que no mundo atual, esse processo sinaliza a articulação indissociável de três planos

o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana / espaço mundial (CARLOS, 2007, p. 21).

Nesse sentido, seguindo o pensamento da autora, percebe-se que diante desses três planos, a inclinação que se tem é a generalização do processo de urbanização, uma vez que a sociedade como um todo tende ao urbano, logo a compreensão da cidade em sua dimensão espacial, bem como das práticas socioespaciais, exige um pensar a cidade diante do seu processo de produção, ou seja, da produção do espaço da sociedade em movimento, que revela suas contradições, mas também a totalidade dos seus processos de constituição.

Cabe aqui ressaltar, que uma vez que se fala em processo de produção do

espaço, logo da cidade e por meio dessa do urbano, relação dialetizada no viés sociedade/natureza que resultará em formas e conteúdos materializadas por meio das práticas espaciais e por assim sociais, uma vez que o espaço é produto social-histórico, cabendo também o uso formação socioespacial, esses processos resultaram em uma produção e reprodução da cidade/urbano em constante movimento, assim como o da própria sociedade. Portanto, é importante intuir, quem são os sujeitos da produção do espaço?

Respondendo a essa pergunta Carlos (2017), ressalta que os sujeitos da ação da produção do espaço se apresentam como

O Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação (CARLOS, 2017, p. 64).

Corrêa (1989, p. 11), corroborando sobre a elucidação dos agentes produtores do espaço, mas precisamente os agentes produtores da cidade, alude que “são agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processo aleatórios atuando sobre um espaço abstrato.” Nesse viés, tratando sobre os agentes sociais concretos, o autor mais a frente descreve estes sendo “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.”

Assim, esses sujeitos/agentes, na visão dos autores supracitados se complementam, uma vez que os agentes produtores do espaço, logo serão os agentes reprodutores da sociedade, da cidade e de suas materializações, fragmentada, campo de lutas e *locus* da reprodução da vida em suas diferentes dimensões e contradições, a vida urbana.

Dessa forma, temos a cidade como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, materialização das formas/práticas socioespaciais, um produto histórico que tem em seu processo de produção e reprodução diferentes agentes sociais atuando de acordo com intencionalidades e condições diversas, a compreensão desses processos possibilitam entender a sociedade em constituição em sua totalidade.

Nesse contexto que a presente pesquisa parte para compreensão da

produção do espaço na região norte da Amazônia Mato-grossense, entendendo a cidade como um produto social e histórico, resultado da reprodução das relações sociais de produção da sociedade, onde diferentes agentes sociais têm atuado em espaço-tempo diversificados e com pretensões variadas, produzindo e reproduzindo as formas-conteúdos do espaço urbano nesse lugar.

4. 3 A produção do espaço na fronteira: compreendendo a cidade na Amazônia Mato-grossense

A ideia de produção do espaço na fronteira implica pensar sobre qual a abordagem se faz do conceito de fronteira, assim, faz-se necessário evidenciar sobre o conceito de fronteira que está sendo trabalhado no presente ensaio, onde a fronteira é entendida de acordo com Becker (2006, p. 19-20), “como um espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas. Sua especificidade é sua virtualidade histórica.”

Nesse sentido, podemos compreender a Amazônia brasileira como um espaço onde coexistem diversas fronteiras, uma vez que é um espaço em constante produção e reprodução, agindo sobre ele diferentes sujeitos sociais em diferentes conflitualidades e intencionalidades, cada um deles com pretensões específicas nas relações desenvolvidas, dessa forma, torna-se um espaço com projeção para o desenvolvimento de diferentes sociedades, não existindo uma, mas várias frentes de avanços sobre a fronteira na região.

A busca pela compreensão das dinâmicas de ocupação e organização do espaço amazônico, exige, sobretudo, uma abordagem das temporalidades desse processo, assim como dos diferentes agentes que participaram e ainda participam nessa realidade. Um agente produtor do espaço que sempre esteve presente no processo de ocupação e organização do espaço amazônico foi/é o Estado. De acordo com Becker (2006, p. 25), “a partir do século XX, acelerou-se sobremaneira o avanço sobre a Amazônia, marcado pelo planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território.”

Garantir o controle sobre o território amazônico, tornou-se uma questão de prioridade, vários interesses estavam imbricados nesse objetivo, entre eles, assim como trata Becker (2006, p. 26), “as possibilidades de resoluções de tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e Sudeste

pela modernização da agricultura nestas regiões”, contando ainda, como alude Pasuch (2012, p. 32), com a tentativa de evitar “o desenvolvimento de focos revolucionários na região.”

A ideia de integração da Amazônia ao restante do país tornou-se o discurso do governo, descrever esse espaço como um “vazio demográfico”, virou um lema para impulsionar um processo de devassamento amazônico (GONÇALVES, 2015). Cabe reforçar que a ideia que a região seria um “vazio demográfico”, seguiu sem considerar as populações tradicionais originárias e os grupos sociais que chegaram ali diante do ciclo da borracha e reexistiam nesse espaço, grupos esses que foram massivamente desconsiderados nos processos de ocupação direcionado pelo Estado e capital privado (GUIMARÃES NETO, 2002).

Com a pretensão de ocupação da região e com a finalidade de fazer convergir as fronteiras econômicas e políticas nesse espaço, visto como estratégico para o Estado, muitas ações foram tomadas, como evidência Becker (2013)

Em termos recentes registre-se a intensa urbanização regional desencadeada pela geopolítica do governo militar visando um novo projeto para região: o Plano de Integração Nacional, concebido na década de 1960 e implantado como Programa de Integração Nacional em 1970 pelo decreto-lei nº 1.106. Visando ocupar definitivamente a Amazônia, o governo favoreceu a expansão da fronteira agropecuária iniciada no Sudeste, e teve na implantação de núcleos urbanos uma estratégia explícita (BECKER, 2013, p. 33).

Um conjunto de leis foi criado durante a década 1960 a 1970, essas formaram a conhecida “Operação Amazônia”, responsável por intensificar o fluxo populacional em direção a região Norte e Centro-Oeste, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo, colaboraram para que esse processo fosse ainda mais intenso (BONINI et al, 2013).

Ressalta-se nesse período a criação do Banco da Amazônia S/A (BASA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), assim como do Programa de Integração Nacional (PIN), que pretendia realizar a ocupação da região através do deslocamento de migrantes, especialmente nordestinos, para uma faixa de terra de 10 km, margeando as principais rodovias, em 1971, com a criação do Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA, essa faixa de terra foi estendida para 100 km em torno das rodovias, tais como Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163) (SIQUEIRA, 2002).

Essas ações do Estado, que fomentaram a explosão demográfica e a expansão da fronteira agrícola na região, evidenciam suas pretensões e a geopolítica empregada para controle do território (BECKER, 2006).

O território da Amazônia Mato-grossense passou por fortes transformações a partir da atuação do Estado. Como exemplo de tais ações, podemos citar “A Marcha para Oeste, lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras do Centro-Oeste até a Amazônia” (CALONGA, 2015, p. 127), a criação da Fundação Brasil Central (1944), a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) em 1946, são ações do Estado sobre o espaço amazônico que vão incidir sobre a região norte do estado de Mato Grosso, Becker (2006), destaca que essas ações, apesar de demonstrar as pretensões do governo sobre a região, revelam mais as preocupações regionais sem efetividade correspondente.

Considerando o Estado como um agente produtor do espaço, Becker (2006, p. 27), alude sobre a criação da “malha de controle do território” na região, ou seja, das “redes de circulação rodoviária, telecomunicações urbanas e outras”, que passaram a fortificar a ocupação e controle do mesmo.

A partir de 1960, as ações sobre esse espaço começam a ser mais intensas, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em substituição a SPVEA e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), assim como das rodovias Transamazônica (BR-230), ligando as regiões Nordeste ao Norte e da Cuiabá-Santarém (BR-163), ligando o Norte ao Centro Oeste, apresentaram o caráter geopolítico da ocupação e colonização da região amazônica realizada pelo governo, que tinha mais uma finalidade econômica almejada por meio da integração territorial deste espaço (BECKER, 2006).

Nesse contexto, Siqueira (2002, p. 234) reforça que

A integração amazônica foi continuada com o lançamento do PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1971, e pelo II PIN – Plano Nacional de Desenvolvimento, no ano de 1974. Com eles, o número de rodovias aumentou de 2 para 6: BR-070, BR-163, BR-262, BR-364, BR-376 e BR-463, as quais interligaram Mato Grosso às principais capitais (SIQUEIRA, 2002, p. 234).

Essas ações do Estado para controle e colonização da região amazônica, geraram estruturas para que o grande capital passasse a ter interesse e buscasse cada vez mais adentrar nesse território, logo, as frentes da agricultura e pecuária de

grande porte avançaram sobre essa fronteira, os assentamentos a 100 km das rodovias, geralmente pequenas propriedades, ficaram desassistidos e fadados ao insucesso, as disputas nesse espaço tornaram-se mais intensas e diferentes agentes passaram a fazer parte desse cenário (SIQUEIRA, 2002).

Na região da Amazônia Mato-grossense a organização do espaço, ou ocupação direcionada pelo Estado passou a ser fortemente empregada. O governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), repassou a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A (Codemat) o direito de gerenciar a ocupação da Amazônia Mato-grossense, isso priorizando os projetos de colonização privadas (OLIVAL, 2016), assim, se fortifica na região o elo entre “Governo e iniciativa privada”, onde a venda de terras devolutas, que já eram realizadas, se unem aos incentivos fiscais liberados para fomentar as colonizações/ocupações do território seguindo o modelo descrito pelo Estado de “Colonização Dirigida” (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 211).

Os anos de 1973-1974 foram particularmente demonstrativos da política do Estado com relação à colonização particular. A partir desse período, com o governo Geisel, a estratégia política adotada para o desenvolvimento da Amazônia implicava em conceder a região como fonte de recursos, ou seja, como produtora de riquezas e não mais como produtora de problemas (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 95).

Dessa forma, o modelo de colonização dirigida, onde o Estado junto ao capital privado desenvolveram formas de colonizações privadas dos espaços amazônicos, foi bastante intensa na Amazônia Mato-grossense¹. Olival (2005, p. 8), ao tratar sobre o processo histórico de formação de muitos dos atuais municípios da região norte de Mato Grosso, chama atenção para o fato que os mesmos “têm sua origem em projetos de colonização privados ou projetos de assentamentos para reforma agrária.”

O mesmo autor vai reforçar ainda que o número de projetos de colonização privados que ocorreram na região é bem maior que o de assentamentos públicos, características das políticas e incentivos do Estado sobre esse modelo de ocupação

¹ A Amazônia Mato-grossense se inseri dentro da Amazônia Legal, corresponde à área de atuação da Sudam, delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 03.01.2007. A região é composta pelos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, e parte do estado do Maranhão. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 nov. 2021.

da região (OLIVAL, 2005).

O grande contraste entre os “Assentamentos Públicos” e a “Colonização Privada” (OLIVAL, 2016), ocorre pelo fato em que no primeiro a falta de apoio e incentivo por parte do governo, leva ao insucesso dos assentamentos, que hora, acabam disputando também com os projetos de colonização privados. Nestes últimos, enfatizamos ainda, assim como descreve (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016, p. 213), “o colonizador escolhe o colono e passa a direcionar esse ao modelo da colonização que pretende”.

Guimarães Neto (2002, p. 94), corrobora para essa elucidação a medida que esclarece

O projeto de colonização (privado) oferecia, desta forma, dois instrumentos extremamente favoráveis aos empresários do setor: de um lado, os incentivos fiscais e benefícios do governo carreando recursos para as empresas; do outro, a força de trabalho dos colonos – verdadeiros “peões da colonização” – incorporando valor à nova terra (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 94).

Muitas das cidades Mato-grossense surgiram a partir desse processo, uma ação do Estado junto ao capital privado, dois agentes produtores do espaço, que por meio de suas ações constituíram as formas espaciais da região, não sem a atuação dos agentes sociais, porém impondo suas pretensões sobre o espaço. De acordo com Becker (2013)

Múltiplas formas de urbanização emergiram na Amazônia, desde o crescimento explosivo de antigas cidades localizadas à beira das estradas até a geração de novas e de inúmeros povoados fortemente instáveis. Eram processos explicitamente dirigido por meio do urbanismo rural, que criou cidades ou fortaleceu projetos de colonização, para atrair o povoamento e organizar o mercado de trabalho (BECKER, 2013, p. 33).

Tafner Junior e Silva (2016), tratando sobre o modelo de colonização privada que ocorreu no Norte de Mato Grosso, evidenciam que em 1973, a Codemat, por meio de um leilão concedeu a empresas privadas um grande número de terras devolutas do Estado que deram origem a

[...] projetos de colonização, exploração agroindustrial e agropecuário, industrialização de celulose, mineração e cooperativas mistas de produção e consumo, para quatro empresas que conseguiram esse direito em um processo licitatório – Rendanyl S. A. 1000.000 hectares, INDECO S. A. 400.000 hectares, Colniza S. A. 400.000 hectares e Juruema Empreendimentos S/C Ltda. 400.000 hectares (TAFNER JUNIOR; SILVA,

2016, p. 208).

Olival (2005), trabalhando sobre os municípios que fazem parte do território do Portal da Amazônia², alude sobre esse processo que ocorreu na formação das hoje cidades desse espaço, bem como das empresas que estiveram a frente dessa colonização

Algumas empresas colonizadoras que fizeram parte da história da região são INDECO (responsável pela abertura de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta), Colonizadora Líder (responsável por Colíder e o povoamento inicial de Nova Canaã do Norte), Colonizadora Bandeirante (Nova Bandeirantes), Colonizadora Maiká (Marcelândia), entre outras (OLIVAL, 2005, p. 8).

Muitas cidades surgiram desse processo, diferentes agentes estiveram e estão envolvidos na produção do espaço na região amazônica, Becker (2013, p. 33), chama atenção para o fato de “a Amazônia foi a região que registrou as maiores taxas de crescimento urbano no país entre 1970 e 2000, com uma população que amentou de 35% em 1970, 40% em 1980, 61% em 1996, 69% em 2000, alcançado 72% em 2007 e 99,5% em 2010.”

Essa característica, de acordo com Becker, torna possível falar que a Amazônia é hoje uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2013, p. 34), a autora reforça ainda que os núcleos urbanos foram a base logística para ocupação e expansão da fronteira na região, que muitas dessas cidades tornaram-se dinâmicas em organização espacial e relação com as cidades próximas, outras passaram por surtos de crescimento populacional e econômico, porém tais surtos não geraram estruturas e dinamicidade, acabando assim dinâmica e o crescimento da cidade com o surto ou surtos vividos.

De fato, as cidades foram também a base logística para aplicação e desenvolvimento das pretensões do Estado, que por meio da parceria com o capital privado aplicaram ao espaço amazônico suas intencionalidades e massificaram a reprodução das relações capitalista de produção nesse espaço.

O presente ensaio parte para o estudo de Alta Floresta-MT, localizada na região norte de Mato Grosso, território do Portal da Amazônia, buscando compreender

² “O território do Portal da Amazônia é uma região localizada no extremo norte do Estado de Mato Grosso, fazendo divisa com o território do Baixo Araguaia pelo Leste, com os municípios da região Noroeste do Mato Grosso e com o Estado do Pará ao Norte” (OLIVAL, 2005, p. 8).

como ocorreu a produção do espaço dessa cidade e como ocorre sua reprodução atualmente, uma vez que esta, como já citado anteriormente, surgiu a partir de um projeto de colonização privado, passou por vários surtos de crescimento e hoje apresenta características que são comuns as cidades da região amazônica no contexto aqui trabalhado.

5 METODOLOGIA

A questão da produção do espaço na região norte de Mato Grosso e a compreensão da dinâmica da cidade e sua reprodução socioespacial nesse contexto, exige um entendimento dos processos históricos, sociais e econômicos, que produziram, através do modelo de produção imposto a essa região, o espaço; portanto, para a compreensão da totalidade destes processos é necessário responder aos objetivos propostos.

Esta proposta requer assumir uma postura teórico-metodológica, que abarque toda essa complexidade, considerando as dinâmicas dos processos em constante transformação/movimento e a totalidade social, sendo assim, adota-se como método de abordagem principal nessa proposição o materialismo histórico e dialético.

De acordo com Moraes e Costa (1987, p. 52) “o materialismo histórico e dialético estuda processos, isto é, sua ótica é sempre a da formação do fenômeno ou evento”. Nesse viés, o método se aplica diretamente ao temário em tela, uma vez que a abordagem do fenômeno geográfico – o espaço e suas materialidades sociais, exigem uma compreensão da sua produção e reprodução, enquanto “condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade”. (CARLOS, 2017, p. 62-63).

Dessa forma, os procedimentos metodológicos que darão suporte à pesquisa serão abordados em coerência com o método, sendo aplicados em seis momentos. No Primeiro Momento, serão realizados os levantamentos e a análise com base na Pesquisa Bibliográfica, compreendendo essa, segundo Severino (2017),

[...] a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados (SEVERINO, 2017, p. 67).

Assim, buscar-se-á por temas pertinentes à realização do trabalho pretendido, tais como os que tratem das questões teóricas e metodológicas da pesquisa científica e das abordagens à luz da ciência geográfica, assim como sobre a teoria da produção e reprodução do espaço geográfico, o espaço como produto social histórico, estudos sobre a cidade e suas formações, temáticas essas que estarão fundamentadas em estudos de Carlos (2008, 2016, 2017), Corrêa (1987, 2017), Lefebvre (2000, 2001), Harvey (1989, 2014), Milton Santos (1979, 2014a, 2014b, 2014c), Sposito (1994, 2014), dentre outros.

Para o processo de produção do espaço urbano na Amazônia, estudos como os de Becker (2001, 2006, 2013), Gonçalves (2015), Guimarães Neto (2002), Barrozo (2008), dentre outros. Levantar-se-á materiais que tratem sobre a produção do espaço na região norte de Mato Grosso, espaço que está inserido na região da Amazônia Legal, portanto trabalhos que abordem esse contexto, bem como discussões sobre a dinâmica das cidades e o potencial socioeconômico de desenvolvimento destas, a formação e a reprodução socioespacial das cidades, a formação e a produção do espaço urbano de Alta Floresta, além de materiais reveladores da organização socioespacial e econômica das cidades no território do Portal da Amazônia.

Fazer-se-á levantamentos, seleção e leituras de materiais no site do IBGE, cabe reforçar, que será feito o estudo das publicações sobre a Regiões de Influência das Cidades de 2007 e 2018 (IBGE, 2008, 2020), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o intuito de analisar e compreender a classificação das cidades, bem como a relação entre essas, mais precisamente da área em estudo nessa pesquisa. Serão selecionados para a pesquisa, outras informações que se apliquem a partir de sites Públicos do Governo de Mato Grosso, Prefeitura de Alta Floresta e demais fontes que sejam base para a pesquisa em desenvolvimento.

O primeiro passo da pesquisa, que seguirá o caráter dos levantamentos bibliográficos, fundamentam-se também em Lakatos e Marconi (2017, p. 30), que ao discorrerem sobre a pesquisa bibliográfica, evidenciam essa como “um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas e resumos.”

O Segundo Momento, pautar-se-á na pesquisa de Caráter Documental. De acordo com Severino (2017, p. 68)

A pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Dessa forma, as coletas e abordagens serão aplicadas em pontos/órgãos vistos como estratégicos, tais como a Prefeitura Municipal de Alta Floresta, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Governo, Gestão e Planejamento, o Escritório da empresa Indeco (Empresa de Colonização, Desenvolvimento e Integração – INDECO S.A), jornais locais da cidade, escritório local do IBGE, Museu Histórico da Cidade e demais locais que possam conter documentos e fontes de pesquisas para serem utilizadas no estudo. É neste momento que se faz necessário buscar nos órgãos citados documentos, plantas, mapas e registros que tratem da ocupação e formação de Alta Floresta.

O Terceiro Momento da pesquisa, consistirá na realização de Observações Sistemáticas, considerando que nesse processo, segundo o que tratam Lakatos e Marconi (2017, p. 106), “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe.”

Seguindo por esse caminho, será elaborada uma organização prévia dos fenômenos a serem estudados, fazer-ser-á registros fotográficos, levantar-se-á dados em campo sobre a organização e a dinâmica espacial de Alta Floresta, nesse momento, buscar-se-á identificar a área central da cidade, sua região de influência e/ou bairros próximos, assim como os que se encontram mais distantes dessa, para mostrar posteriormente a expansão da cidade, bem como perceber suas formas-conteúdos.

Os registros levantados nesse momento, serão utilizados para atualizações de mapeamento da cidade, assim como para percepção da dinâmica socioespacial e suas relações com as cidades próximas. Serão realizadas também entrevistas semiestruturadas (ver apêndice), na qual sua aplicação se dá por meio de perguntas pré-definidas, porém possibilitando ao entrevistador a reformulação das mesmas e a inserção de novas perguntas, seguindo o desenvolvimento da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Para Severino (2017), a entrevista como procedimento na pesquisa de caráter social é uma

Técnica de coleta de informações sobre determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas na área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2017, p. 126).

Dessa forma, as entrevistas serão aplicadas aos moradores que residem a mais tempo na cidade e que tem hoje sua casa localizada no núcleo central da mesma, assim como aos donos de empreendimentos/comércios locais, selecionados por amostragem, que será realizada, considerando que nesse processo selecionar-se-á “covenientemente grupo/subconjunto desse universo” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 94), que estão estabelecidos a mais tempo nessas localidades, com intuito de perceber o processo de produção e reprodução da cidade.

Nesse processo, serão escolhidos 35 moradores que residem a mais tempo na área central da cidade, assim como de outros dois bairros, que serão definidos por sua zona de influência ou dependência da área central do núcleo urbano, a fim que seja possível por meio desses grupos realizar o dimensionamento de dados que possibilite compreender os processos que modificaram o espaço da cidade, assim como sejam reveladores da dinâmica socioespacial da urbe.

Esses grupos de moradores, serão selecionados a partir de dados da Prefeitura local e/ou de comunidades de bairros, para que assim, possam ser escolhidos os moradores que melhor se enquadrem na proposta. A escolha dos moradores que estão a mais tempo na cidade, será importante para analisar a memória e os possíveis registros que os mesmos possam ter da cidade e do seu processo transformação espacial e temporal.

Do grupo de empreendimentos, serão selecionados 25 estabelecimentos que atendam a diferentes ramos do setor de serviços, com a finalidade de perceber a dinâmica econômica e o fornecimento de produtos na cidade. Essa seleção será feita a partir de comércios diferenciados, que estão a mais tempo na cidade, estando esses localizados na área central da cidade ou áreas próximas. Essa seleção para entrevistas será crucial, uma vez que possibilitará compreender por amostragem, a dinâmica do comércio/setor de serviço local, levando ao entendimento posterior da dinâmica da cidade de Alta Floresta.

No Quarto Momento da pesquisa, realizar-se-á a Sistematização de Dados, a

partir das informações obtidas nos levantamentos bibliográficos e documentais e no levantamento em campo, quando será possível elaborar quadros e tabelas, a fim de sistematizar e representar a diversidade dos conteúdos até então já coletados, facilitando a análise dos dados. Reforça-se o que alude Lakatos e Marconi (2017, p. 97), “tabelas ou quadros: é um método estatístico sistemático, de apresentar os dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, que obedece à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa.” Portanto, essa sistematização, colabora na compreensão da realidade em estudo e na organização dos dados.

O Quinto Momento, fazer-se-á a partir da análise e estudo detalhado das abordagens do IBGE sobre a Regiões de Influência das Cidades de 2007 e 2018 (IBGE, 2008; 2020), nesse momento, será realizada e aprofundada a pesquisa de caráter exploratória e explicativa, entendendo essa como alude Severino (2017, p. 68)

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa. A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

Assim, por meio da pesquisa exploratória, buscar-se-á compreender como é realizada a delimitação das regiões de influência das cidades pelo IBGE, como são compreendidas essas áreas, como descrevem as dinâmicas das cidades na região de influência, a sua organização e constituição da rede urbana, bem como a interação das cidades nesse contexto.

A partir desse momento, passar-se-á a pesquisa de caráter explicativa, uma vez que os dados estarão coletados, analisados e organizados, fazer-se-á à explicação de como é definida a região de influência de Alta Floresta, qual sua dinâmica na rede urbana do Território do Portal da Amazônia, norte Mato Grosso. Serão utilizados os documentos e as fontes bibliográficas, bem como cartográficas para a consolidação dos dados.

No Sexto Momento da pesquisa, realizar-se-á a Análise Final dos Dados e resultados alcançados, já tendo os dados previamente sistematizados e organizados em quadros, tabelas, enfim, será feito a revisão de todos os recursos instrumentais que poderão contribuir para análise das informações, fase crucial da execução do

projeto, onde será produzida a redação dos resultados e discussão da pesquisa, assim como as conclusões.

Reforça-se que todo material de pesquisa levantado a partir desses seis procedimentos metodológicos, serão discutidos à luz de referências teóricas para, assim, estabelecer conclusões consistentes que revelem e respondam aos objetivos propostos por este projeto.

6 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Atividade/Mês	2021										2022										2023								
	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A			
Créditos em disciplinas obrigatórias do Programa	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■																			
Créditos em disciplinas optativas do Programa				■	■	■	■	■	■	■																			
Revisão bibliográfica, leituras e revisões	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■														
Elaboração e aplicação das entrevistas e coleta de dados							■	■				■	■			■	■												
Coleta a campo						■	■					■	■																
Análise e sistematização dos dados								■	■				■	■			■												
Elaboração dos mapas										■				■	■		■												
Redação dissertativa				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■											
Correção / Revisão																		■	■	■									
Exame de qualificação										■											■	■							
Revisão dos apontamentos da banca qualificadora																						■	■						
Redação final																							■	■					
Defesa da dissertação																								■	■				
Revisão final com apontamentos da banca																								■	■				
Entrega da versão final																									■				
Participação e publicação em eventos científicos			■	■	■		■	■	■			■	■	■		■	■	■			■	■							

7 RESULTADOS ESPERADOS

Pensar/estudar a cidade, é estudar as materializações das relações sociais e das forças produtivas que estiveram/estão em movimento no espaço. Portanto, essa forma – a cidade, é o *lócus* da produção e reprodução da vida – o conteúdo desse processo, ou seja, sua essência – a sociedade em movimento, em constituição, ao mesmo tempo em que produz e reproduz o espaço, produz novas formas de vida que são expressas no urbano/conteúdo da mesma (SPOSITO, 1994; CORRÊA, 2004; SANTOS, 2014b).

Assim, com o desenvolvimento dessa pesquisa será possível conhecer e compreender a natureza e o processo de produção do espaço urbano em Alta Floresta, bem como entender como os surtos econômicos que ocorreram na região possibilitaram dinamismo urbano e econômico para Alta Floresta, tendo essa um rápido crescimento populacional e uma expansão urbana intensa no período da sua colonização e posteriormente passando a ter um processo mais lento na/da produção do seu espaço.

Enfatizamos ainda, que esse processo de dinamicidade da cidade, que ocorreu na região, não foi característica única desse município, dessa forma, procurar-se-á entender como as relações entre as cidades possibilitaram e possibilitam uma dinâmica de organização socioespacial que estão relacionadas as formas de desenvolvimento do capital no território do Portal da Amazônia, norte do Mato Grosso, apresentando assim, que esse processo, fomenta o desenvolvimento dessa região agregando valor as cidades e a partir dessas as suas conexões – relações territoriais.

Buscar-se-á, a partir dos resultados obtidos e material levantado, produzir mapas do município e da localização/conexão desse com os demais municípios do território do Portal da Amazônia, evidenciando a dinamicidade da cidade e de sua organização socioespacial, assim como das suas bases produtivas, bem como apontando as possibilidades de desenvolvimento de uma dinâmica conjunta de produção por meio de sistemas participativos e colaborativos entre os municípios, contribuindo para aplicação de políticas públicas que venham agregar valor à região.

Portanto, levando-se em conta a necessidade de compreender as dinâmicas dos lugares para propor estratégias de desenvolvimento, este trabalho contribuirá para a produção de informações científicas mais detalhada do território da cidade de Alta Floresta, bem como da região do Portal da Amazônia, contribuindo também para

futuros estudos que abordem essa temática, para os órgãos públicos municipais e estaduais, para aplicação de projetos de desenvolvimento pretendidos para essa região, assim como para estudos que sejam desenvolvidos sobre o espaço local de Alta Floresta e/ou regional no sistema de ensino da educação básica e superior.

8 REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha Koiffmann. **A Urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONINI, I.; PESSOA, M. J. G.; SEABRA JUNIOR, S. Faces da produção agrícola na Amazônia mato-grossense: tipos de exploração, origem dos agricultores e impactos na conservação ambiental em Alta Floresta (MT). **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, jun. 2013, p. 173-190. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/975>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CALONGA, Maurilio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 126-132, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/2648>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processo, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53 – 73.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**: O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processo, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53 – 73.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia e Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alta-floresta/panorama>. Acesso em: 12 de nov. de 2020.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/historico>; Acesso em: 17 nov. 2020.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2008.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. (trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins). Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Atualização de João Bosco Medeiros).

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

OLIVAL, Alexandre de Azevedo. **Estudo Propositivo: território Portal da Amazônia**. Fundação Cândido Rondon/MDA, 2005. Disponível em: <https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2013/08/estudo-propositivo-territ%C3%B3rio-portal-da-amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVAL, Alexandre de Azevedo. A resiliência em assentamentos rurais: uma experiência na região norte do Mato Grosso. Brasília: **SustDeb**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016, p. 90 – 103. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15860/14159>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PASUCH, Marcia Cristina Machado. **A pedagogia política dos Guardiões da Cidadania**. 1. ed. Cuiabá: UFMT, 2012. 178 p. (Coletânea Educação e Democracia, v. 5). ISBN 978-85-327-0415-3.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: USP, 2014b.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 6. ed. São Paulo: USP, 2014c.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 156 p.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Cortez, 2017.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 13, 2016, p. 205 – 232. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2527>. Acesso em: 12 nov. 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MORADORES



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



A presente entrevista faz parte dos procedimentos da pesquisa desenvolvida pelo mestrando Davi de Lima Bezerra, discente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Cáceres-MT. A pesquisa intitulada: A dinâmica da cidade e a reprodução socioespacial de Alta Floresta, no território do Portal da Amazônia, Mato Grosso, Brasil, busca compreender como ocorre a produção do espaço de Alta Floresta, sua dinâmica urbana e importância no território do Portal da Amazônia. Para tanto, as informações aqui são fundamentais para o levantamento dos dados e produção do trabalho final, sendo o uso das mesmas exclusivamente para fins científicos, preservando as informações e identidade dos entrevistados(as).

1 – Qual o seu nome e idade?

- () 20 – 30 anos () 41 – 50 anos () 61 – 70 anos () 81 – 90 anos
() 31 – 40 anos () 50 – 60 anos () 71 – 80 anos () 91 – 100 anos

2 – Há quanto tempo você mora em Alta Floresta?

3 – Quando você chegou há cidade, quais os tipos de serviços e produtos já tinham?

4 – Você sempre morou nessa área da cidade? O que mudou nesse local?

5 – Você precisa ir a outra cidade para realizar algum serviço pessoal ou adquirir algum produto? Se sim, em qual cidade?

6 – Você se sente atendido pelos produtos e serviços ofertados na cidade hoje?

7 – Em relação a empregos, você acha Alta Floresta uma cidade com muitas oportunidades? Porque?

8 – O que você tem a relatar sobre os serviços públicos, ações do governo municipal mais precisamente?

9 – Você acha que Alta Floresta é uma cidade dinâmica? Poderia colocar algum exemplo?

10 – Você acha que Alta Floresta é uma cidade importante da região norte de Mato Grosso? Se sim, por que ?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS COMERCIANTES / EMPRESÁRIOS



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



A presente entrevista faz parte dos procedimentos da pesquisa desenvolvida pelo mestrando Davi de Lima Bezerra, discente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Cáceres-MT. A pesquisa intitulada: A dinâmica da cidade e a reprodução socioespacial de Alta Floresta, no território do Portal da Amazônia, Mato Grosso, Brasil, busca compreender como ocorre a produção do espaço de Alta Floresta, sua dinâmica urbana e importância no território do Portal da Amazônia. Para tanto, as informações aqui são fundamentais para o levantamento dos dados e produção do trabalho final, sendo o uso das mesmas exclusivamente para fins científicos, preservando as informações e identidade dos entrevistados(as).

1 – Qual o seu nome e idade?

- () 20 – 30 anos () 41 – 50 anos () 61 – 70 anos () 81 – 90 anos
() 31 – 40 anos () 50 – 60 anos () 71 – 80 anos () 91 – 100 anos

2 – Há quanto tempo você mora em Alta Floresta?

3 – Há quanto tempo você tem seu comércio / empreendimento na cidade?

4 – Quando você chegou há cidade, quais os tipos de produtos e serviços já tinham?

5 – Vocês sempre ofertaram esses mesmos produtos e serviços no estabelecimento?

6 – Em relação aos produtos e serviços ofertados, fizeram alguma mudança ou buscaram novos no decorrer do tempo? Se sim, por que?

7 – Os seus consumidores/clientes são apenas da cidade ou de outras cidades próximas também? Se tem de outras cidades, poderia descrever algumas delas?

8 – O consumo dos produtos/serviços que você vende é alto, médio ou razoável?

9 – Quantas pessoas seu empreendimento emprega? São todas da cidade?

10 – Você acha que Alta Floresta é uma cidade importante da região norte de Mato Grosso? Se sim, por que?
